

PROCESSOS POLÍTICOS, CORRUPÇÃO NO BRASIL E SEUS EFEITOS NA ECONOMIA

Augusto Piotrovski Tasso – augustoptasso@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Departamento de Engenharia Mecânica (EMC) Florianópolis – SC

Mattheus Kuiava Longen – longen94@yahoo.com.br

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Departamento de Engenharia Mecânica (EMC) Florianópolis – SC

Resumo: *Apesar do tema Corrupção estar sendo amplamente discutido e combatido com maior veemência nos tempos atuais, a origem desse problema remonta a mais de 5 séculos atrás. Ao longo de sua história, o Brasil foi palco dos mais diversos tipos de corrupção: os colonizadores contrabandeavam ouro e pedras preciosas por meio do Santo do Pau Oco, os fazendeiros importavam escravos por meio do tráfico ilegal após 1850, os coronéis do início do século XX que ameaçavam seus subordinados para que votassem de acordo com sua escolha e os inúmeros casos de corrupção governamental que ocorrem há meio milênio, por meio de troca de favores, propina, suborno, obras superfaturadas e os mais diversos tipos de corrupção que são descobertos regularmente.*

A corrupção no Brasil muito tem a ver com o chamado “Jeitinho Brasileiro”. O Brasil é o país do “jeitinho”. Somos famosos mundialmente por “dar um jeitinho para tudo” e pela nossa malandragem. O potencial brasileiro para a improvisação e para a criatividade, características centrais do jeitinho, é ao mesmo tempo algo que podemos sentir orgulho e vergonha, pois ao mesmo tempo que o jeitinho se refere a uma habilidade refinada para a resolução criativa de problemas, também se refere à nossa capacidade engenhosa de agir corruptamente para obter benefícios pessoais e ilegais.

É sabido de todos que a corrupção prejudica o País das mais variadas maneiras: desde falta de recursos para investimento em áreas básicas até a perda de credibilidade no mercado internacional. Na área de Tecnologia e Desenvolvimento, é claro que o desvio de verbas para terceiros faz com que o investimento em pesquisa nas mais diversas esferas fique reduzido, freando o desenvolvimento tecnológico e influenciando diretamente na vida do profissional de Engenharia. Outro problema é a crise, muito influenciada pelo descrédito dos Governos envolvidos em corrupção, que afetam o desenvolvimento industrial e dificultam a procura de emprego dos novos profissionais.

Palavras chave: *Corrupção, política, economia, sociedade.*

1. INTRODUÇÃO

O assunto que tem se tornado frequente, sobre uma situação constante desde a época do Brasil colônia, a corrupção, é um dos principais problemas de uma nação e no caso da brasileira é ainda mais profundo. No seguinte texto, a corrupção é estudada nas suas diversificadas formas, desenvolvendo consensos sobre sua abrangente definição, sua presença ao longo das épocas, seus determinantes e efeitos negativos e positivos contribuindo para um o ponto principal e em comum: seu impacto na economia.

Escândalos envolvendo políticos e servidores públicos em casos recorrentes e históricos no Brasil, também são descritos com o intuito de avaliar suas causas e efeitos embasados no estudo econômico. O Brasil ainda apresenta elevados índices de corrupção, sendo explicitados aqui alguns pontos aos quais os cidadãos brasileiros são afetados pelos abusos do poder público, e também, como ela é relacionada com a economia nacional.

2. HISTÓRIA E ORIGENS DA CORRUPÇÃO

O tema corrupção nunca esteve tão em alta, sendo discutido e mesmo combatido, quanto nos tempos atuais. Entretanto, esse problema não é um fato recente e as suas origens nos remetem a mais de cinco séculos atrás.

2.1. CORRUPÇÃO NO BRASIL COLÔNIA

Desde o início do processo colonizatório no Brasil, podemos perceber que a principal característica adotada pelos portugueses foi a de exploração, sendo que todos os tipos de riquezas encontradas no País eram enviados para a Coroa Portuguesa. Um exemplo diferente pode ser observado na colonização dos Estados Unidos da América pelos ingleses, quando esses saíram de seu país por outros motivos, como a fuga dos protestantes da inquisição, caracterizando uma colonização de povoamento, já que estes realmente buscavam um novo lugar para viverem.

Alguns dos primeiros registros de ilegalidades praticadas em nosso país nos levam ao século XVI, período no qual se iniciou a colonização portuguesa por aqui. Funcionários públicos, os quais eram responsáveis pela fiscalização do contrabando e de outras infrações contra a coroa portuguesa acabavam por praticar o comércio ilegal, com outros países, de diversos produtos brasileiros, dentre eles o pau brasil, especiarias, tabaco, ouro e diamantes. Apesar dessa prática ser extremamente comum na época, Portugal, quem saía prejudicado nesse processo, fazia “vista grossa” para o mesmo, já que sabiam que se houvesse um controle mais rigoroso isso poderia desencorajar a vinda de novos exploradores ao Brasil. Aqui fica evidente como desde o início da ocupação do Brasil a corrupção sempre foi vista como algo “banal” e não dado a relevância necessária para a mesma.

Pode-se ainda citar nesse período a utilização da mão de obra escrava em diversos dos ciclos econômicos de nosso país. Durante o período de 1580 até 1850 era considerado necessário o trabalho escravo, e apesar da proibição que eventualmente aconteceu, os governantes brasileiros optavam por não combater os traficantes que burlavam a lei. Isso

pode ser entendido pois, apesar de haverem denúncias sendo feitas, era gerado muito lucro para a maioria das partes envolvidas, através de propinas e subornos. Assim, o governo se ausentou de um controle mais rigoroso, chegando até mesmo ao extremo de políticos relevantes à época, como o Marquês de Olinda e o então ministro da justiça Paulino José de Souza estimularem essa prática, ao comprarem escravos recém-chegados da África para trabalhar em suas propriedades. Eventualmente foi implantada uma fiscalização mais eficaz, devido principalmente ao interesse da Inglaterra, que foi motivada pela existência de um mercado consumidor para seus produtos, que beneficiado pelo aumento do número de trabalhadores assalariados, bem como pelo temor em relação à concorrência brasileira às suas colônias açucareiras nas Antilhas.

2.2. CORRUPÇÃO NO BRASIL IMPÉRIO

Mesmo após ocorrer, em 1822, a proclamação da independência, outras formas de corrupção continuaram a surgir, dentre elas a obtenção de contratos com o governo para executarem obras públicas, ou de concessões. Um grande exemplo disto pode ser mostrado com o caso do Visconde de Mauá, o qual recebeu a licença para a exploração de cabo submarino e transferiu a mesma para uma companhia inglesa, da qual se tornou diretor. Essa mesma prática foi seguida por outro empresário brasileiro, na concessão para a iluminação da cidade do Rio de Janeiro, a gás, sendo que esta foi também transferida para uma companhia inglesa em troca de 120 mil libras. Com o fim do tráfico negreiro, transferiu-se o interesse dos grupos oligárquicos para projetos de grande porte, os quais permitiriam manter a estrutura que gerava um ganho fácil para estas.

Outro capítulo singular na história brasileira se refere à corrupção eleitoral. Devemos considerar que a participação na política do país representa, em muitos casos, uma forma de enriquecimento bastante rápido e fácil. Muitas vezes isso está atrelado a não realização dos compromissos firmados durante as campanhas eleitorais, a influência e sujeição aos grupos econômicos que dominam o país. Neste mesmo período da história, o alistamento dos eleitores era feito a partir de critérios pré-determinados para facilitar essas ocorrências, visto que somente poderia participar do processo quem possuísse uma determinada renda mínima, o chamado “voto censitário”. Essa prática visava evitar que as camadas mais humildes da população, a qual mais era afetada negativamente com esse processo, não participasse da vida política, facilitando o modelo empregado a ser mantido.

2.3. CORRUPÇÃO NO BRASIL REPÚBLICA

Com a Proclamação da República Brasileira, no ano de 1889, aconteceram mudanças no sistema político nacional, entretanto a corrupção continuou presente no mesmo. A marca registrada do período foi o “voto de cabresto”. Os “coronéis”, ou seja, os proprietários dos latifúndios, impunham de forma coercitiva em quem deveriam votar os seus empregados, bem como agregados e dependentes. Outra prática bastante comum, que persiste até os dias de hoje, para se eleger um candidato era a compra de votos, ou seja, uma transação comercial na qual o eleitor vendia o seu voto ao empregador.

Mais à frente, no ano de 1929, houve a disputa presidencial entre os candidatos Júlio Prestes, que representava as oligarquias cafeicultoras de São Paulo, e Getúlio Vargas, representante dos grupos insatisfeitos com o domínio das já citadas oligarquias. Apesar da vitória de Prestes, por uma margem considerável de votos, houve uma reviravolta no pleito eleitoral, influenciada pelos interesses dos grupos apoiadores de Vargas e pela crise na Bolsa de Nova York, que levou a falência diversos cafeicultores. Ocorreram fortes acusações de fraude eleitoral, por parte aliança liberal que apoiava Getúlio e da mobilização popular (Revolução de 30). Assim, com o golpe ocorrido, que impediu a posse do candidato eleito, Getúlio Vargas assumiu a presidência em 1930, dando fim ao período conhecido por República Velha. Essa foi provavelmente uma das mais expressivas violações dos princípios democráticos no Brasil, onde a fraude eleitoral serviu para a tomada de poder.

No período militar, que teve seu início no ano de 1964, tivemos uma amostra do que ocultamente ocorria nas empresas estatais com o caso Capemi. O grupo Capemi (Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente) é um grupo privado, que durante a década de 1980 era responsável pela previdência privada, sendo esse fundado e dirigido por militares. Esse grupo era sem fins lucrativos e tinha como sua missão gerar recursos para a manutenção do Programa de Ação Social, o qual englobava a previdência e a assistência entre os participantes de seus planos de benefícios, bem como a filantropia. Este grupo, presidido pelo general Ademar Aragão, resolveu diversificar as operações para ampliar o suporte financeiro da empresa. Uma das inovações foi a participação em um consórcio de empresas na concorrência para o desmatamento da área submersa da usina hidroelétrica de Tucuruí (empresa estatal). Vencida a licitação pública em 1980, deveria ser concluída ao longo de 3 anos a obra de retirada e de comercialização da madeira. O contrato não foi cumprido e o dinheiro dos pensionistas da Capemi dizia-se que fora desviado para a caixinha do ministro-chefe do Sistema Nacional de Informações (SNI), órgão responsável pela segurança nacional, general Otávio Medeiros, que desejava candidatar-se à presidência do país. A resultante foi a falência do grupo Capemi, que necessitava de 100 milhões de dólares para saldar suas dívidas, e o prejuízo aos pensionistas que mensalmente eram descontados na folha de pagamento para a sua futura e longínqua aposentadoria. Além do comprometimento de altos escalões do governo militar o caso revelou: a estreita parceria entre os grupos privados interessados em desfrutar da administração pública, o tráfico de influência, bem como a ausência de ordenamento jurídico.

Em 1985 o retorno dos civis à presidência foi possível com a campanha pelas Diretas-Já, que em 1984 mobilizou grande quantidade de cidadãos em todas as capitais brasileiras pelo direito ao voto para presidente. Porém, durante as eleições para presidente em 1989 foi elaborado um esquema para captação de recursos à eleição de Fernando Collor. Posteriormente, foi revelado que os gastos foram financiados pelos usineiros de Alagoas em troca de decretos governamentais que os beneficiariam. Em abril de 1989, após aparecer seguidamente em três programas eleitorais, Collor já era um nome nacional. Depois que Collor começou a subir nas pesquisas, foi estruturado um grande esquema de captação de dinheiro com base em chantagens e compromissos que lotearam previamente a administração federal e seus recursos. Esse esquema ficou conhecido como “Esquema PC”, sigla baseada no nome do tesoureiro da campanha, Paulo César Farias, e resultou no impeachment do presidente eleito. Segundo cálculos da Polícia Federal estima-se que este esquema movimentou de 600 milhões a 1 bilhão de dólares, no período de 1989 (campanha presidencial) a 1992 (impeachment).

Já no governo de Fernando Henrique Cardoso, os dois principais processos de privatização conduzidos nesse período, sendo esses a venda da Companhia Vale do Rio Doce e do sistema Telebrás, envolveram cifras gigantescas e resultaram em graves acusações contra muitos de seus protagonistas. Com a venda da Vale, em 1997, o governo conseguiu 3,3 bilhões de reais. No ano seguinte, o leilão da Telebrás gerou para o Tesouro a quantia de aproximadamente 22 bilhões de reais. Em 2001, o ex-senador Antônio Carlos Magalhães fez uma acusação pesada a respeito da privatização das telecomunicações. Segundo ele, o consórcio Telemar teria feito um acerto para pagamento de 90 milhões de reais a Ricardo Sérgio de Oliveira, diretor dos negócios da Previ, o poderoso fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, para levar o negócio. A acusação nunca foi comprovada. Na ocasião, o processo de venda da estatal já fora sacudido pela revelação, em 1998, do áudio de grampos telefônicos em que o ex-ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, e o então presidente do BNDES, André Lara Resende, discutiam formas de interferir no leilão. No ano seguinte, foi colocada em xeque a lisura do processo de privatização da Vale, sendo Ricardo Sérgio acusado de receber propina para montar em torno do empresário Benjamin Steinbruch o consórcio que venceu o leilão da Vale do Rio Doce. As duas operações têm pontos de semelhança. Os dois consórcios foram criados por desejo do governo. Ambos foram formados na última hora e a base financeira dos grupos é o dinheiro dos fundos das estatais.

Na década passada, o Mensalão ficou conhecido e popularizado como o esquema de compra de votos de parlamentares, deflagrado no primeiro mandato do governo de Luís Inácio Lula da Silva. O esquema foi escancarado pelo então deputado federal Roberto Jefferson (PTB – RJ), em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, no início de junho de 2005. Segundo Jefferson, deputados da base aliada do Partido dos Trabalhadores recebiam uma “mesada” de cerca de 30 mil reais para votarem segundo as orientações do governo. Estes parlamentares ficaram conhecidos como “mensaleiros”, dos mais variados partidos. Um núcleo seria responsável pela compra dos votos e também pelo suborno por meio de cargos em empresas públicas. José Dirceu, Ministro da Casa Civil na época, foi apontado como o chefe do esquema. Delúbio Soares, tesoureiro do PT, era quem efetuava o pagamento aos “mensaleiros”. Com o dinheiro em mãos, o grupo também teria saldado dívidas do PT e gastos com as campanhas eleitorais. Marcos Valério Fernandes de Souza, publicitário e dono das agências que mais detinham contrato de trabalho com órgãos do governo, seria o operador do Mensalão. Valério arrecadava o dinheiro junto a empresas estatais e privadas e em bancos, através de empréstimos que nunca foram pagos. Todos

os acusados no esquema foram afastados dos cargos que ocupavam. Em agosto de 2007, mais de dois anos após ser denunciado o esquema, o STF (Supremo Tribunal Federal) acatou a denúncia da Procuradoria Geral da República e abriu processo contra quarenta envolvidos no escândalo do Mensalão, os quais respondem por crime de corrupção passiva e ativa, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.

Mais recentemente, durante o mandato da presidenta Dilma Rousseff, em uma despreziosa operação, a Polícia Federal passou a monitorar, a partir de julho de 2013, os telefonemas do doleiro Carlos Chater, por suspeita de lavagem de dinheiro. Ele atuava em uma casa de câmbio num posto de gasolina em Brasília. Foi deflagrado um complexo sistema de lavagem de dinheiro e evasão de divisas, que movimentou cerca de dez bilhões de reais e foi operado por quatro doleiros. Por meio das escutas a PF rastreou a ligação de Charter com os demais doleiros, dentre eles Alberto Youssef, que se descobriu que operava o esquema de lavagem. Outro comparsa era Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras. Youssef foi preso em 17 de março, quando a Polícia Federal deflagrou a primeira fase da Operação Lava Jato. Sob suspeita de que estivesse eliminando pistas de sua ligação com o doleiro, Paulo Roberto Costa foi preso três dias depois, no Rio de Janeiro. Na sua casa, os agentes encontraram uma planilha cujas anotações indicavam que Paulo Roberto Costa passava dinheiro para funcionários públicos e políticos. Ao quebrar o sigilo do doleiro, os agentes descobriram que a MO Consultoria, uma das empresas de fachada de Youssef, movimentara 90 milhões de reais entre 2009 e 2013. Chamou a atenção dos investigadores os depósitos feitos por algumas das maiores empreiteiras do Brasil. Só a Mendes Júnior depositara 5,5 milhões de reais para o doleiro. À procura de detalhes sobre um contrato suspeito de 444 milhões de reais, a PF fez uma operação de busca e apreensão na própria sede da Petrobras, no Rio de Janeiro. A ação policial marcou o ingresso oficial da estatal no escândalo. E escancarou o maior escândalo de corrupção da história contemporânea brasileira: o chamado “Petrolão”.

3. O “JEITINHO BRASILEIRO”

Todo o texto anterior mostra que a corrupção transcende épocas e tem origem nos mais diversos pontos. Com isso, é mostrado que corrupção não tem relação com ideologia política, riqueza, modo de governo ou época na história, e sim, com índole. Não há um lado certo e um errado em relação à corrupção, mas sim um sistema que propicia ao desvio de recursos públicos.

Entretanto, o problema da corrupção não envolve somente os políticos e grandes empresários. Infelizmente, ela está arraigada na cultura do povo brasileiro, haja vista o chamado “Jeitinho Brasileiro”

O Brasil é o país do “jeitinho”. Os brasileiros são famosos mundialmente por “dar um jeitinho para tudo” e pela nossa chamada malandragem, exemplificada no sujeito de terno branco e chapéu. O potencial brasileiro para a improvisação e para a criatividade, características centrais desse fenômeno, é ao mesmo tempo algo que podemos sentir orgulho e vergonha, pois ao mesmo tempo que o jeitinho se refere a uma habilidade refinada e plenamente desenvolvida para a resolução criativa de problemas, também se refere à nossa capacidade engenhosa e, de certo modo, impregnada em todos os níveis da sociedade, de agir corruptamente para obter benefícios pessoais e ilegais.

O jeitinho pode ser entendido como um tipo de ação visando obter benefício próprio ou a resolução de um problema prático, fazendo uso de criatividade, cordialidade, engano e outros processos sociais. Tanto na antropologia quanto na sociologia, o fenômeno do jeitinho brasileiro tem sido muito estudado e enfatizado como um aspecto central da identidade cultural brasileira. O símbolo do malandro captura a essência deste modo flexível, porém muitas vezes prejudicial a terceiros, de navegar socialmente a fim de obter os mais variados ganhos, culminando muitas vezes em prejuízos a outras pessoas, instituições ou à sociedade em geral.

O jeitinho brasileiro se caracteriza como um fenômeno complexo e multifacetado, possuindo diferentes dimensões, sendo as principais: a criatividade, a corrupção e a quebra de normas sociais. A criatividade está relacionada à resolução criativa e inovadora de problemas sem violar normas sociais. Representando situações nas quais a resolução de problemas se dá por meios ilícitos, identificou-se a dimensão de corrupção. Por último, a quebra de normas sociais representa o uso do jeitinho para burlar normas sociais que dificultam a resolução de um problema.

Ou seja, a prática do jeitinho nos encaminharia, ao longo do tempo, a julgar ações como estacionar em local proibido ou furar uma fila como menos erradas ou merecedoras de punição do que as ações de políticos corruptos, por exemplo, obtendo assim uma “justificativa” para ações individuais que seriam muito mais amenas. Isso realmente acontece na prática, pois muitas vezes a pessoa comete algum ato ilícito e o justifica lembrando de ações que supostamente seriam mais danosas realizadas por outros membros da sociedade.

Em suma, o conceito de jeitinho brasileiro pode ser compreendido de maneira mais clara e abrangente como uma estratégia geral de resolução de problemas, gerados a partir de hierarquias e instituições ineficientes, que envolve a criatividade, a corrupção ou a quebra de normas sociais, comumente visando um benefício pessoal. O jeitinho é um construto cultural particular e complexo. Ao mesmo tempo que o jeitinho tem um caráter altamente adaptativo, pois se refere à flexibilidade cognitiva dos indivíduos na resolução de problemas, ele também mostra o lado escuro da nossa criatividade para obter recursos de maneira ilícita – um dos grandes causadores da corrupção desenfreada que o Brasil sofre.

4. EFEITOS DA CORRUPÇÃO NA ECONOMIA E SOCIEDADE

Apesar da existência de possíveis ideias “positivas” aos efeitos da corrupção, como quando uma empresa em busca de uma licença para comercializar poderia, por exemplo, reduzir os seus custos e aumentar a eficiência pagando ao agente do governo um valor para acelerar o processo de expedição desta licença, ela traz efeitos negativos à economia. É perceptível que a queda da taxa de investimento e consequente queda do crescimento piora na distribuição de renda, distorção da incidência tributária e geração de perda de foco das políticas públicas. É comprovado que a corrupção reduz o nível de investimentos e crescimento econômico do país.

A corrupção afeta o crescimento e compromete a distribuição de notáveis três formas: altera a progressividade do sistema tributário – os mais ricos conseguem burlar o fisco; modifica o foco dos gastos com políticas sociais – pois os mais ricos conseguem “tratamentos especiais” por meio de propina; e inibe a formação de capital humano, pois piora a qualidade do sistema de ensino ao gerar fuga de recursos. Dessa forma, a renda dos mais pobres cresce menos que a dos mais ricos.

5. BRASIL NO RANKING MUNDIAL DE CORRUPÇÃO

Dados de 2016 da Transparência Internacional do Índice de Percepção da Corrupção (IPC), mostram que o Brasil está na 76ª posição no ranking de 168 países ao lado de outras seis nações, sendo elas Bósnia e Herzegovina, Burkina Faso, Índia, Tailândia, Tunísia e Zâmbia. Quanto mais alta a colocação no ranking, mais corrupto tende a ser o país. O Brasil atingiu também a pontuação de 38 pontos, na metodologia que considera escala de 0 a 100. A escala de pontuação nos dá maiores “notas” para países mais livres de corrupção, e o contrário também é válido, sendo notas menores dadas a países mais corruptos. Escores inferiores a 50 indicam graves problemas de corrupção. O que afeta o produto do Brasil e, conseqüentemente, a qualidade de vida da população. A organização afirma que não é surpreendente que o Brasil tenha sido o país da América do Sul que mais caiu no índice neste ano, visto que este passou pelo maior escândalo de corrupção da sua história, com o caso Petrobrás. Ainda de acordo com a Transparência Internacional, "Os países nas primeiras posições apresentam características comuns que são vitais: altos níveis de liberdade de imprensa; acesso a informação sobre orçamentos que permite à população saber de onde procede o dinheiro e como se gasta; altos níveis de integridade entre aqueles que ocupam cargos públicos".

Em um estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), foi relacionado o Índice de Percepção da Corrupção e o PIB per capita, comprovando que as economias mais corruptas (menor IPC) possuem um nível menor de PIB per capita. A comparação pode ser observada no gráfico abaixo:

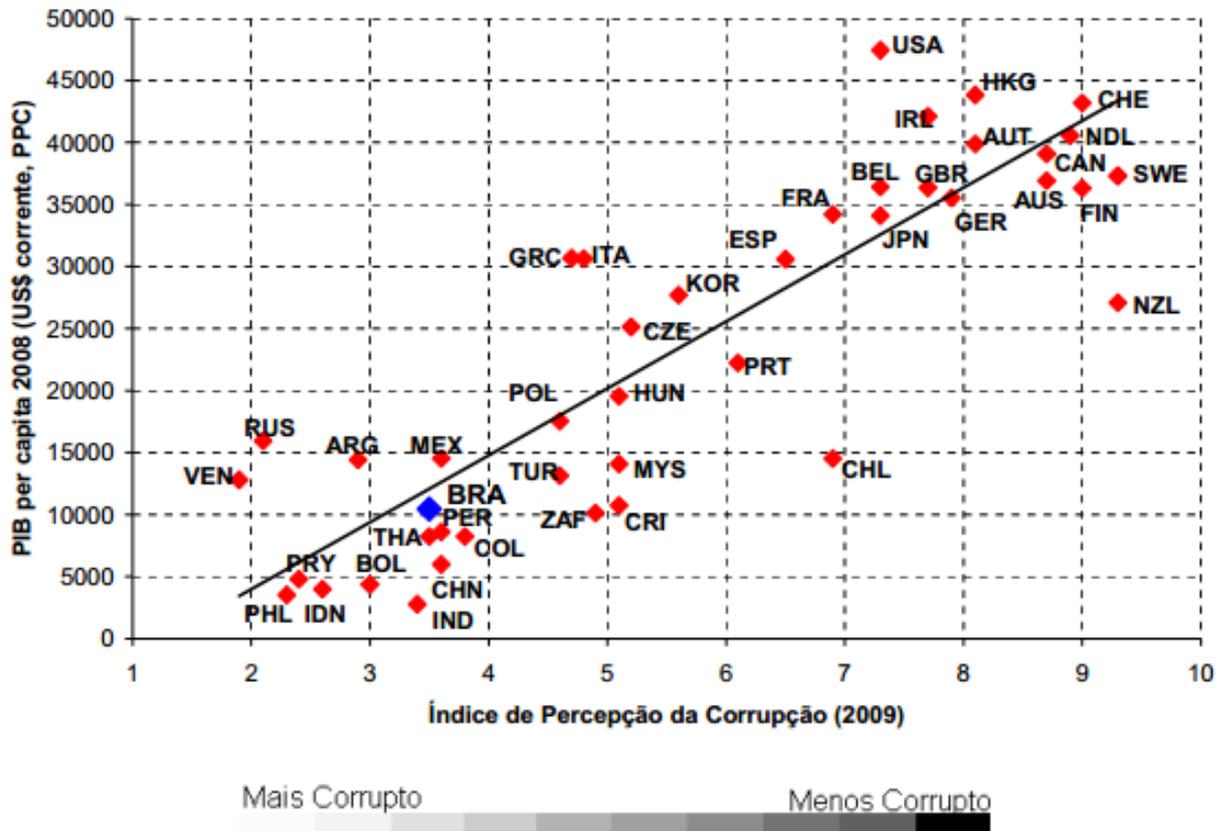


Gráfico 1 - Relação Corrupção x PIB

Fonte: World Economic Outlook e Transparência Internacional. Elaboração: Decomtec/FIESP

No mesmo relatório a FIESP anuncia também que os países com menor nível de corrupção percebida tendem a mostrar maiores índices de desenvolvimento humano. E levanta a hipótese de que os países mais corruptos, por terem maior probabilidade de desvios de recursos, acabam por obter menor efetividade na educação e saúde, implicando menores níveis de IDH.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A corrupção é um fenômeno mundial, e todos os países ou qualquer organização estatal não estão imunes à possibilidade de serem corrompidos. Desde o período colonial até hoje, no Brasil, a corrupção assola o país em grandes proporções. Com os recentes casos que, cada vez mais, crescem os desvendamentos pelos meios de comunicação, dar-se a percepção de que a mesma vem alargando-se no país. No entanto, apesar disso, não podemos afirmar se a corrupção é mais acentuada na atualidade ou se foi, no passado.

Dos elementos que determinam o comportamento corrupto, deparar com maiores poderes discricionários, com menores salários aos indivíduos e/ou falhas nas investigações ou punição, são fatores que contribuem para o início de ações e práticas corruptas. Embora haja decorrências benéficas atribuídas à corrupção pelos revisionistas, os atos corruptos prejudicam seriamente a economia de um país, e apresentam um bloqueio na elevação do nível de investimentos que, deste modo, limita o seu crescimento econômico afetando o produto interno bruto (PIB) e a qualidade de vida da população. Além disso, – completando de modo não robusto – leva a queda no nível de confiabilidade nos governantes e no Estado, o que afeta a “qualidade da democracia”: diminuem a adesão ao regime, estimulam a aceitação de escolhas autoritárias, influenciam negativamente a submissão à lei e a confiança interpessoal, e inibem tendências de participação política.

Não podemos culpar o histórico ruim que o Brasil possui pela a situação desconfortável perante a corrupção. Se os corruptores, as causas da corrupção, os condicionamentos, e, principalmente, o peso de suas consequências não forem considerados e enfrentados, não haverá uma conquista no embate à corrupção. Logo, são necessárias estratégias confiáveis e eficientes, sobretudo preventivas, para reduzir os níveis de corrupção no país.

6. REFERÊNCIAS

<http://www.contracorrupcao.org/2013/10/breve-historia-da-corrupcao-no-brasil.html>

<http://veja.abril.com.br/infograficos/rede-escandalos/>

<http://www.politize.com.br/>

<http://especiais.g1.globo.com/politica/2015/deputados-com-processos-criminais/>

<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,consequencias-economicas-da-corrupcao,10000021963>

<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,consequencias-da-corrupcao-imp-,1663583>

http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=16362&revista_caderno=25

Relatório Corrupção: custos econômicos e propostas de combate. Decomtec/FIESP

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/01/ranking-de-corrupcao-coloca-brasil-em-76-lugar-entre-168-paises.html>

<https://www.transparency.org/country/#idx99>